

A rede escolar

JOSÉ GOLDEMBERG

O descrédito que governos e políticos adquiriram no Brasil torna difícil não só o combate à inflação como também a melhoria do sistema educacional e de saúde. Tornou-se um chavão de



candidatos a cargos políticos, e parte da imprensa, atacar tudo o que foi feito no passado, como se não ocorressem progressos no País. A bandeira da oposição — qualquer que seja ela — é o que dá votos, e não o trabalho diuturno e dedicado de milhares de servidores públicos, desde serventes a ministros. Para engrossar esta oposição, qualquer meia verdade basta, ou mesmo o uso de números mentirosos que, quando desmentidos convincentemente, nunca recebem a publicidade que recebem os primeiros.

Numa ocasião — quando ministro da Educação —, tive de enfrentar

um deputado que queria de todas as maneiras demonstrar que o Ministério da Fazenda não estava repassando ao MEC os 18% previstos na Constituição. Com isto conseguiu amplo noticiário na imprensa, apesar de a acusação ser falsa e de ter eu dado a ele — até pessoalmente — todas as informações corretas.

O mesmo está ocorrendo agora com o problema do estado físico da rede escolar. Em meados da década dos 80, o MEC fez um levantamento do estado desta rede, com resultados desencorajadores: em 27% delas não havia água corrente, em 50%, luz elétrica, giz e material didático, e até cadeiras e mesas em boa parte delas.

A fim de esclarecer esta questão, o MEC realizou uma nova pesquisa, em 1992, em que as escolas urbanas foram separadas das escolas rurais (das quais existem mais de cem mil com apenas uma sala de aula, em fazendas e lugares distantes dos centros populacionais).

Esta distinção é essencial porque não se pode esperar que as escolas rurais tenham condições melhores

do que o ambiente físico no qual foram implantadas. Já nas zonas urbanas, onde está concentrada a maioria dos alunos, se espera que as escolas sejam melhores.

Com efeito, o que a pesquisa mostrou é encorajador: globalmente, 44% dos prédios escolares foram considerados ótimos e bons, e apenas 17% ruins ou péssimos. Os restantes 39% foram considerados regulares. Em São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará e Goiás, cerca de 60% foram considerados ótimos ou bons.

Mais ainda: nas áreas urbanas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Ceará e Bahia, mais de 99% das escolas têm luz elétrica e abastecimento de água, bem como esgotos; instalações sanitárias foram consideradas boas ou regulares em mais de 80% dos casos, exceto nas zonas rurais da Bahia, Ceará e Minas Gerais.

Quadro-negro (e giz) existe em mais de 90% de todos os Estados, mas faltam cadeiras e mesas em 10% a 25% dos casos, sobretudo nas áreas rurais. Mais de 80% das escolas dispõem de cozinha para

merenda escolar.

Em uns poucos Estados a situação é pior, acompanhando a situação de carência geral da população. Generalizar o pior para todo o Brasil é, contudo, incorreto, sendo difícil de perceber a quem serve a disseminação de notícias incorretas e sempre pessimistas.

Há amplo espaço para melhorias, mas a verdade é que educação de boa qualidade é cara, como se pode ver pelas mensalidades que cobram as escolas de elite: o equivalente a, no mínimo, US\$ 150 a US\$ 200 por mês. Enquanto isso, escolas públicas, mantidas pelos municípios e Estados, raramente gastam mais de US\$ 30 a US\$ 40 por mês.

É possível que mesmo estes US\$ 30 ou US\$ 40 sejam mal aplicados e que parte deles se percam em administração e incompetência. Pensar, contudo, que com eles seria possível fazer o que escolas privadas fazem com US\$ 100 ou US\$ 200 é desconhecer a realidade.

■ José Goldemberg foi reitor da USP, secretário nacional da Ciência e Tecnologia e ministro da Educação

ESTADO DE SÃO PAULO

23 MAR 1992